

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO 2007/2008

1. INTRODUÇÃO:

Na lógica do Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, “a avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico”.

No âmbito do normativo supramencionado, na avaliação das aprendizagens dos alunos intervêm todos os professores envolvidos, assumindo particular relevância, neste processo, o papel dos conselhos de docentes e dos professores titulares da turma, no que à educação pré-escolar e do 1º ciclo concerne, e nos 2º e 3º ciclos os docentes que integram os respectivos conselhos de turma.

É importante sublinhar, porém, que à escola compete assegurar a participação dos alunos e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, dando, numa lógica de ciclo, ênfase ao carácter formativo da avaliação.

2. OBJECTO DA AVALIAÇÃO:

O actual despacho regulador da avaliação das aprendizagens dos alunos do ensino básico (Despacho Normativo 1/2005, de 5 de Janeiro) indica como objecto da avaliação:

- *A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, expressas no projecto curricular de escola e no projecto curricular de turma, por ano de escolaridade.*
- *As aprendizagens de carácter transversal e de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objecto de avaliação em todas as disciplinas e áreas curriculares.*

Daqui se conclui que a avaliação é o guia orientador do processo de ensino-aprendizagem e o seu objectivo é, não só o **produto**, mas, sobretudo o **processo** e aprendizagem de cada aluno.

Assim, ao partirmos do princípio elementar de que a avaliação deve estar sempre ao serviço não só do avaliador como do sujeito que é avaliado, e ao aceitarmos a sua natureza «globalizante e integrante», é pressuposto que se esgotem todas as estratégias metodológicas na recolha e valoração das informações que servirão para a fundamentar.

Neste quadro de referências, é recomendável recorrer a metodologias diversificadas que se complementam e nos ajudam a atingir a verdadeira natureza da avaliação.

Desde logo, se aceitarmos que o fim último da avaliação é a melhoria e a regulação progressiva dos processos de ensino-aprendizagem globais, ela deve incidir sobre os conhecimentos, competências, atitudes, valores e temas transversais ao currículo. Surge, assim, como um processo simultaneamente regulador das práticas educativas e certificador dos saberes adquiridos, permitindo ajudar os professores e sobretudo os alunos a descobrir como e em que circunstâncias aprendem e o modo como melhorar os processos de aprendizagem (auto-regulação das aprendizagens).

Nesta perspectiva, a avaliação encerra um conjunto diversificado de estratégias e de procedimentos e, simultaneamente, uma postura reflexiva e crítica (problematizadora) susceptível de evidenciar e valorizar as potencialidades de cada um e de promover a aprendizagem dos alunos no sentido da sua autonomia e da emancipação dos sujeitos.

3. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO:

A conjugação do Decreto-Lei 6/2001 e do Despacho Normativo 1/2005, de 5 de Janeiro, permitem-nos distinguir, para o ensino básico, as seguintes modalidades de avaliação:

- Avaliação diagnóstica;
- Avaliação formativa;
- Avaliação sumativa.

3.1. A avaliação diagnóstica conduz à adopção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projecto curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional. Pode ocorrer em qualquer momento do ano lectivo quando articulada com a avaliação formativa.

3.2. A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

3.3. A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno e das competências definidas para cada disciplina e área curricular. A avaliação sumativa inclui: a) A avaliação sumativa interna; b) A avaliação sumativa externa no 9º ano de escolaridade (Exames Nacionais).

3.3.1. A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período lectivo, de cada ano lectivo e de cada ciclo.

3.3.2. A avaliação sumativa interna tem como finalidades: a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e área disciplinar; b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

4. FORMAS DE EXPRESSÃO DA AVALIAÇÃO

4.1. NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:

- Atendendo à especificidade do processo ensino-aprendizagem na educação pré-escolar, as crianças são avaliadas através de registos de avaliação de natureza qualitativa.
- No final de cada período lectivo, é preenchida pelo educador uma ficha de registo de avaliação individual elaborada com base nos níveis de desempenho dos conteúdos programáticos.
- Para as crianças que transitam para o 1º ciclo do ensino básico, é preenchida, no final do 3º período, uma ficha de registo de avaliação de carácter essencialmente descritivo.

4.2. NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO:

- A informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares.

4.3. NOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO:

- Numa classificação de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;
- Numa menção qualitativa de Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz bem, nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;
- A avaliação sumativa interna das disciplinas de organização semestral, Educação Tecnológica e disciplina da área de Educação Artística processa-se do seguinte modo: a) Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne extraordinariamente no final do 1º semestre e ordinariamente no final do 3º período; b) A classificação atribuída no 1º semestre fica registada em acta e, à semelhança das classificações das outras disciplinas, está sujeita a ratificação do conselho de turma de avaliação no final do 3º período; c) No final dos 1º e 2º períodos, a avaliação assume carácter descritivo para as disciplinas que se iniciam nos 1º e 2º semestres, respectivamente;
- A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação e compreende a realização de exames nacionais no 9º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os quais incidem sobre as aprendizagens e competências do 3º ciclo.
- São admitidos aos exames nacionais do 9º ano todos os alunos, excepto os que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3º período, se enquadrem nas seguintes situações:
 - a) Tenham obtido classificação de frequência de nível 1 simultaneamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
 - b) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em duas disciplinas e de nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática;
 - c) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de Não satisfaz na área de projecto, desde que nenhuma delas seja Língua Portuguesa e Matemática;
 - d) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 numa disciplina, a menção de Não satisfaz na área de projecto e nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1. NOMENCLATURA (FICHAS E TESTES DE AVALIAÇÃO DOS 1º, 2º E 3º CICLOS):

➤ Insuficiente Menos	0 / 19
➤ Insuficiente	20 / 49
➤ Suficiente	50 / 69
➤ Bom	70 / 89
➤ Muito Bom	90 / 100

5.2. REFERENCIAIS COMUNS:

- Sem prejuízo das competências essenciais, definidas em sede do Conselho de Docentes / Coordenação de zonas-pólo e dos Departamentos Curriculares para cada ciclo e ano de escolaridade, constituem "referenciais comuns", a operacionalizar no âmbito do projecto curricular de turma, os aspectos que abaixo se referem no domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores.
- Introduzem-se ainda ponderações percentuais na valorização dos domínios dos conhecimentos e competências, bem como dos valores e atitudes para os segundo e terceiro ciclos de acordo com a seguinte tabela:

	2º ciclo	3º ciclo
Conhecimento e competências	65%	70%
Valores e atitudes	35%	30%

5.2.1. DOMÍNIO DOS CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS:

- Demonstrar capacidade de identificação, selecção e aplicação de métodos de trabalho e de estudo;
- Demonstrar capacidade de pesquisa, organização, selecção e tratamento de informação;
- Demonstrar capacidade de domínio das diferentes formas de comunicação verbal, adequando o código linguístico às necessidades e contextos da comunicação;
- Demonstrar capacidade de adopção de estratégias diversificadas na resolução de problemas;
- Demonstrar capacidade de aquisição, compreensão, interpretação e aplicação dos conceitos e conteúdos curriculares.

5.2.2. DOMÍNIO DOS VALORES E ATITUDES:

- Participar individual e colectivamente nas actividades promovidas pela Escola;
- Aceitar as decisões tomadas democraticamente
- Cooperar com os outros com vista à consecução de objectivos comuns;
- Ser solidário com o outro;
- Respeito pelo outro, consigo próprio, com os materiais utilizados e o património cultural e ambiental;
- Acentuar a promoção de atitudes de diálogo na (re)solução de conflitos, evitando todas as formas de agressão física e verbal;
- Assumir a sua responsabilidade individual em intervenções de carácter colectivo;
- Respeitar as regras e as normas básicas estabelecidas;
- Esforçar-se no processo de ensino-aprendizagem;
- Participar na vida cívica da escola, de forma crítica, responsável e autónoma;

6. AVALIAÇÃO POR DISCIPLINA / ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES:

- Como critérios de avaliação / referenciais comuns que pretendem assegurar uniformidade de procedimentos na ponderação da situação escolar e na atribuição de uma menção qualitativa e ou níveis de "classificação" sobre o desempenho dos alunos, importa que os docentes tomem como referência os "perfis" a seguir indicados, embora com as adaptações necessárias, uma vez que estes não esgotam as combinações possíveis, dado as lógicas e os contextos da aprendizagem, a especificidade e as características de cada turma e de cada aluno, objecto de uma análise criteriosa no âmbito dos respectivos conselhos de turma.

6.1.NÍVEIS DE DESEMPENHO:

INSUFICIENTE MENOS / NÍVEL - 1

- Não possui hábitos e métodos de trabalho.
- Não é capaz de recolher e tratar a informação.
- Não é capaz de expressar as suas ideias, quer oralmente, quer por registos escritos.
- É desinteressado, irresponsável e conflituoso.
- Não cumpre as normas e regras estipuladas.
- Não colabora nas actividades propostas.
- Fichas e testes de avaliação insuficiente menos.
- Não adquire as competências essenciais ao nível de conceitos e conteúdos curriculares.

INSUFICIENTE / NÍVEL - 2

- Não se empenha em melhorar os seus métodos de trabalho e de estudo.
- Não se esforça, minimamente, em recolher e tratar a informação mais relevante.
- Transmite oralmente, pese embora com muitas dificuldades, as suas ideias.
- Revela falta de interesse e de responsabilidade.
- Adopta, por vezes, comportamentos inadequados, infringindo com frequência as normas e regras estipuladas.
- Raramente participa de forma coerente nas actividades que lhe são propostas.
- Fichas e testes de avaliação insuficientes.
- Revela muitas dificuldades na aquisição das competências essenciais ao nível de conceitos e conteúdos curriculares.

SUFICIENTE / NÍVEL - 3

- Procura melhorar os seus métodos de trabalho e de estudo.
- Recolhe a informação mais relevante, não obstante revele algumas dificuldades no seu tratamento.
- Transmite, embora com algumas dificuldades as suas ideias, particularmente através dos registos escritos.
- É minimamente responsável, revela interesse e empenho nas actividades propostas.
- Cumpre, habitualmente / com regularidade, as normas e regras estipuladas.
- Participa sempre que solicitado.
- Fichas e testes de avaliação suficientes.
- Adquire com alguma dificuldade as competências essenciais ao nível de conceitos e conteúdos curriculares.

BOM / NÍVEL - 4

- Adequa os seus métodos de trabalho e de estudo às diferentes situações.
- Recolhe, organiza e trata a informação em função dos problemas a resolver.
- Transmite com segurança as suas ideias, utilizando correctamente o código linguístico.
- É responsável e revela interesse e empenho nas actividades.
- Age com bom senso e cumpre as normas e as regras estipuladas.
- Participa espontaneamente e de acordo com as regras estabelecidas.
- Fichas e testes de avaliação bons.
- Adquire sem dificuldades as competências essenciais ao nível de conceitos e conteúdos curriculares.

MUITO BOM / NÍVEL - 5

- Adequa, reformula e analisa os métodos de trabalho e de estudo, formulando opiniões e dando sugestões.
 - Emprega várias estratégias de aprendizagem para a recolha e tratamento de informação, utilizando vários suportes de trabalho.
 - Usa meios de comunicação diversificados, utilizando-os correctamente.
 - Revela um elevado sentido de responsabilidade, interesse e cooperação.
 - Age com bom senso, cumpre as normas e regras estipuladas, formulando opiniões e dando sugestões.
 - Participa espontânea e activamente na vida escolar, demonstrando sentido crítico.
 - Fichas e testes de avaliação muito bons.
 - Adquire com facilidade as competências essenciais ao nível de conceitos e conteúdos curriculares.
- No sentido de uniformizar procedimentos ao nível da realização de testes e outros instrumentos de avaliação devem ser verificados os seguintes procedimentos:
- A marcação dos testes de avaliação será feita em diálogo com os professores e os alunos da turma;
 - Os testes são marcados obrigatoriamente no Livro de Ponto;
 - Os professores devem distribuir a marcação dos testes por todo o período evitando períodos de grande concentração;
 - Os alunos serão sempre informados dos conteúdos a avaliar nos testes;
 - Os alunos serão sempre informados dos critérios de correcção;
 - Em cada dia os alunos não podem realizar mais do que um teste de avaliação;
 - Em cada semana não se podem realizar mais do que três testes e de preferência em dias alternados;
 - Os alunos serão sempre informados da cotação atribuída a cada pergunta;
 - Os testes de avaliação são realizados em papel próprio a adquirir na papelaria, salvo quando as respostas são para ser dadas no respectivo enunciado;
 - Não é permitido o uso de corrector;
 - Todos os testes deverão incluir a classificação percentual;
 - Os testes serão sempre entregues aos alunos no prazo máximo de 15 dias e corrigidos na aula;
 - Será exigida a assinatura do Encarregado de Educação nas provas de avaliação;

7. ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

7.1. SÍNTESE DESCRITIVA

- A síntese descritiva das áreas curriculares não disciplinares têm como referência o que está estabelecido, para estas áreas, no Projecto Curricular de Turma.

7.2. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

7.2.1. ÁREA DE PROJECTO:

- Organização do projecto e nível de concretização das tarefas;
- Trabalho cooperativo;
- Qualidade dos produtos realizados e da sua apresentação;
- Capacidade de iniciativa;
- Reflexão sobre o trabalho desenvolvido;
- Sentido de responsabilidade;

7.2.2. ESTUDO ACOMPANHADO:

- Autonomia na realização das aprendizagens;
- Métodos de estudo, de organização e de trabalho;
- Estratégias de resolução de problemas;
- Pesquisa e utilização de diversas fontes de informação.

7.2.3. FORMAÇÃO CÍVICA:

- Relação interpessoal;
- Reflexão sobre a vida da turma, da escola e da comunidade;
- Autonomia e sentido de responsabilidade.

8. ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

- Assiduidade;
- Interesse e empenho nas actividades desenvolvidas.

9. APRECIACÃO GLOBAL:

- Deve revestir um carácter integrador com base na análise de todo o processo de aprendizagem realizado pelo aluno, assumindo de modo explícito tanto os aspectos transversais como as especificidades de cada disciplina.
- Deve indicar com clareza o diagnóstico do aluno, com vista à implementação das estratégias de diferenciação pedagógica mais adequadas.
- Deve ser elaborada com base na recolha sistemática de informações sobre o aluno, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à selecção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos discentes.
- Deve reflectir a situação actual do aluno em termos de aprendizagens, resultante da formulação da avaliação formativa, mormente da auto-avaliação regulada.
- Deve resultar da participação e envolvimento activo de todos os intervenientes no processo ensino-aprendizagem: professores, alunos e encarregados de educação.
- Deve fazer referência, entre outras informações consideradas importantes para o sucesso escolar do aluno, às actividades de enriquecimento curricular disponibilizadas pela escola, como às formações transdisciplinares, designadamente:
 - À "Educação para a cidadania";
 - "Compreensão e expressão em Língua Portuguesa";
 - À utilização das "Tecnologias de Informação e Comunicação";
 - À "Educação para a Saúde"

Pico de Regalados, 26 de Outubro de 2007

O Conselho Pedagógico
